

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: UM OLHAR A PARTIR DOS BOLSISTAS DO PIBID

Liliane Chagas Muzy¹ - Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-3524-2739>

Patrícia Assis da Silva Ribeiro² - Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8014-1353>

¹ Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil *

² Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil **

Artigo recebido em 19/03/2024 e aceito em 07/05/2024

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo investigar os desafios enfrentados por bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, da área de Geografia, ao conceberem o trabalho com os alunos sob uma perspectiva inclusiva. Portanto, foi realizada uma entrevista semiestruturada com 22 bolsistas. Os dados coletados indicaram a importância das escolas possuírem uma infraestrutura adequada para receber alunos com deficiência, além da implementação de políticas e práticas que assegurem um processo de ensino e aprendizagem inclusivo para todos os estudantes. Os resultados também apontaram a necessidade de intensificar a abordagem da inclusão na formação inicial, capacitando os futuros professores a conceberem metodologias e atividades que contemplem os alunos com deficiência, constituindo-se assim um desafio a ser enfrentado ao longo de suas carreiras docentes. Concluímos que a inclusão não é um processo simples, e para que ela ocorra, é necessário superar desafios como a adaptação da estrutura física da escola, a disponibilidade de recursos educacionais, a implementação de políticas públicas e a melhoria na formação continuada dos professores. O PIBID permite que os bolsistas vivenciem, na prática, as demandas dos alunos com deficiência. Tal fato possibilita uma reflexão crítica acerca do papel docente na escola, que se apresenta cheia de desafios, permitindo a busca por soluções que promovam a inclusão efetiva dos alunos com deficiência.

Palavras-chave: Geografia; formação docente; educação inclusiva; atividades inclusivas.

* Licencianda em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência. E-mail: lilianemuzychagas@gmail.com

** Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Coordenadora do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - Subprojeto Geografia. E-mail: patricia.assis@ufjf.br

THE INCLUSION OF STUDENTS WITH DISABILITIES: A LOOK FROM THE PIBID SCHOLARSHIP HOLDERS

ABSTRACT

The aim of this article is to investigate the challenges faced by scholarship holders from the Institutional Program for Teaching Initiation Scholarships, in the area of Geography, when they conceive of working with students from an inclusive perspective. A semi-structured interview was therefore conducted with 22 scholarship holders. The data collected indicated the importance of schools having adequate infrastructure to receive students with disabilities, as well as the implementation of policies and practices that ensure an inclusive teaching and learning process for all students. The results also pointed to the need to intensify the approach to inclusion in initial training, enabling future teachers to design methodologies and activities that take into account students with disabilities, thus constituting a challenge to be faced throughout their teaching careers. We conclude that inclusion is not a simple process, and in order for it to take place, it is necessary to overcome challenges such as adapting the school's physical structure, the availability of educational resources, the implementation of public policies and improving teachers' continuing training. PIBID allows scholarship holders to experience the demands of students with disabilities in practice. This enables critical reflection on the role of teachers in schools, which are full of challenges, allowing the search for solutions that promote the effective inclusion of students with disabilities.

Keywords: Geography; teacher training; inclusive education; inclusive activities.

LA INCLUSIÓN DE LOS ESTUDIANTES CON DISCAPACIDAD: UNA VISIÓN DESDE LOS BECARIOS PIBID

RESUMEN

El objetivo de este artículo es investigar los desafíos que enfrentan los becarios del Programa Institucional de Becas de Iniciación a la Docencia, en el área de Geografía, cuando conciben el trabajo con estudiantes desde una perspectiva inclusiva. Para ello, se realizó una entrevista semiestructurada a 22 becarios. Los datos recolectados indicaron la importancia de que las escuelas cuenten con infraestructura adecuada para recibir estudiantes con discapacidad, así como la implementación de políticas y prácticas que garanticen un proceso de enseñanza y aprendizaje inclusivo para todos los estudiantes. Los resultados también señalaron la necesidad de intensificar el abordaje de la inclusión en la formación inicial, capacitando a los futuros profesores a diseñar metodologías y actividades que incluyan a los alumnos con discapacidad, constituyendo así un desafío a ser enfrentado a lo largo de su carrera docente. Concluimos que la inclusión no es un proceso simple, y para que tenga lugar es necesario superar desafíos como la adaptación de la estructura física de la escuela, la disponibilidad de recursos educativos, la implementación de políticas públicas y la mejora de la formación continua de los profesores. El PIBID permite a los becarios experimentar en la práctica las demandas de los alumnos con discapacidad. Esto posibilita una reflexión crítica sobre la función docente en la escuela, llena de desafíos, permitiendo la búsqueda de soluciones que promuevan la inclusión efectiva de los alumnos con discapacidad.

Palabras clave: Geografía; formación del profesorado; educación inclusiva; actividades inclusivas.

INTRODUÇÃO

No decorrer do tempo, a educação brasileira passou por diversas alterações, entre elas a democratização do ensino com o intuito de garantir a escolaridade gratuita a todos os estudantes na Educação Básica. Devido a esse contexto, atualmente a Educação Especial vivencia um momento de grande reflexão acerca de seu papel no sistema educacional brasileiro, visando a inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais - NEE (CROZARA; SAMPAIO, 2008). Segundo a Declaração de Salamanca (1994, p. 3) são consideradas crianças com NEE:

Crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizados.

De acordo com os princípios da inclusão, os docentes que possuem estudantes com deficiência em suas turmas, devem ser conscientes de sua função e rever suas concepções acerca da diversidade de seus estudantes no espaço escolar, bem como informar-se sobre as necessidades educacionais destes alunos, assim como ter atitudes e práticas que visem a contribuição para o ensino e aprendizagem desses sujeitos (MALAFATTI; FELÍCIO, 2010). Para a integração e o ensino/aprendizagem de alunos com deficiência é essencial o incentivo por parte do professor, além do provimento de subsídios para a garantia do efetivo aprendizado desses educandos.

Segundo Costa (2007) os professores enfrentam dificuldades para encontrar um método de ensino que atenda às necessidades de aprendizagem dos alunos com NEE e que se adequem às aulas mistas direcionadas a alunos com e sem deficiência.

Acredita-se que tal dificuldade pode se dar devido à pouca atenção dada ao processo de inclusão na formação inicial de professores. Nessa perspectiva, o presente trabalho busca investigar os desafios enfrentados por bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, da área de Geografia, ao conceberem o trabalho com os alunos sob uma perspectiva inclusiva. Para tanto, foi realizada uma entrevista semiestruturada com 22 bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, do Subprojeto Geografia, da Universidade (omitido para avaliação).

O presente texto está organizado em cinco partes, além dessa introdução. Primeiramente são tecidas discussões acerca da Educação Inclusiva. Em seguida, é apresentada uma discussão sobre o papel do professor no processo de inclusão, buscando refletir as possibilidades e limites do professor no que tange a educação inclusiva. Posteriormente é apresentada a metodologia utilizada no trabalho. Em seguida são apresentados os resultados e discussões e, por fim, são tecidas as considerações finais.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A inserção da educação inclusiva no contexto do ensino regular tem crescido nas últimas décadas no Brasil. Isso ocorre em razão da ampla diversidade de gêneros e indivíduos presentes nos ambientes escolares, cada um com suas características únicas, as quais devemos acolher, aceitar e respeitar para promover a valorização das diferenças. Entretanto, segundo Diniz, Souza e Fernandes (2018) mesmo com a implementação da Declaração de Salamanca (1994) é comum encontrar desafios que devem ser superados por estudantes com necessidades especiais, dentre eles, questões relacionadas a acessibilidade, aflição dos pais em relação ao baixo índice de aprendizagem e aceitação pela escola e corpo docente.

Atualmente, ao abordar a questão da inclusão, muitas vezes, algumas pessoas associam-na à acessibilidade, como a construção de rampas para locomoção de cadeirantes. Contudo, apesar de ser crucial a consideração acerca da acessibilidade desses indivíduos, é fundamental destacar que a inclusão não se limita apenas à facilitação de mobilidade, mas abrange também a participação em espaços sociais, incluindo o ambiente escolar, de maneira efetiva.

Retratando sobre o que é a inclusão, Gritti; Oliveira e Galli (2022) apontam que é um termo recente, principalmente ligado à educação, e que as buscas por maiores referências neste assunto devem ser realizadas, para que se possa compreender o que de fato está acontecendo no ambiente escolar em nome da educação inclusiva. Cabendo destacar que a inclusão é um processo onde o aluno deve ser incluído no processo educativo de forma a garantir o desenvolvimento de suas habilidades.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de acordo com o Ministério da Educação (2008, p.14) tem como objetivo:

[...] assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Segundo Silva (2017) foi na LDB nº 4.024/61 que ocorreu a primeira tratativa acerca da educação especial, que era tratada como “ Educação de excepcionais” e que trazia a noção de integralização destes sujeitos na comunidade. Sendo esta lei, o início das ações públicas para a educação especial. Se tratando de um panorama propício a efetivação da educação especial, Silva (2017) ressalta que a década de 1990 foi um período de grandes reformas em vários setores, incluindo

o da educação especial, que passou a ter como princípio a democracia, a liberdade e o respeito à dignidade.

É importante ressaltar que as escolas devem promover a inclusão de todos os estudantes, permitindo que os sujeitos convivam, respeitem suas diferenças e desenvolvam suas habilidades e necessidades, independentemente de sua realidade. Melo e Coutinho (2020) afirmam que para que a inclusão ocorra é necessário a adaptação do espaço físico escolar, e estratégias de ensino que favoreçam o processo de ensino de todos. Diante disso, é de suma importância que o professor tenha uma formação continuada para re(pensar) sua prática docente e os processos de ensino e aprendizagem, de forma a incluir todos os alunos.

O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Conforme as concepções de educação inclusiva, os professores devem proporcionar o acolhimento dos alunos com deficiência, fornecendo estratégias que favoreçam a aprendizagem desses sujeitos (ARANHA, 2000). Vale destacar que o professor desempenha o papel de mediador do conhecimento, devendo constantemente buscar promover um ensino equitativo, respeitando as singularidades de cada aluno, cabe a ele a promoção de situações pedagógicas em que os alunos com Necessidades Educacionais Especiais possam superar o senso comum e avancem em seu conhecimento escolar e em seu potencial humano, crítico, afetivo e social, superando as barreiras impostas.

Segundo Farfus (2008, p. 30):

A articulação entre os educadores é urgente, pois existe a necessidade de uma redefinição do papel do professor e de sua forma de atuar, no pensamento sistêmico. É necessário pensar na aprendizagem como um processo cooperativo e de transformação que proporcione a formação de alunos inseridos no mundo, e não mais em apenas uma comunidade local. Finalmente pensar na educação em relação aos aspectos da ética, da estética e da política; a educação fundamentada em um ideal democrático.

Corroborando com tal pensamento, Silva e Arruda (2014) destacam que o professor não consegue incluir o aluno sozinho e que a participação de toda a comunidade escolar é fundamental para esse processo. Os autores destacam a necessidade da escola na construção e promoção da inclusão, fornecendo materiais e recursos didáticos e cursos de formação continuada para que o professor possa repensar sua prática pedagógica, juntamente com a equipe escolar.

O papel da escola no decorrer do processo de inclusão é de fundamental importância, cabendo aos gestores e professores os principais empenhos e investimentos para que ela suceda em sua totalidade (OLIVEIRA; LEITE, 2000). A escola deve explorar opções educacionais que se

aproximem o máximo possível da realidade do aluno, visando atender continuamente às necessidades dos estudantes em todas as áreas de desenvolvimento. Além disso, é essencial estabelecer um diálogo entre a escola e a universidade, a fim de elaborar estratégias de inclusão para o trabalho com alunos que possuem deficiência. A inclusão de alunos com deficiência na educação básica é um direito preconizado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei nº 9.394 de 1996, na Lei Brasileira de Inclusão - Lei Nº 13.146 de 2015 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais - DCNs.

Destarte, é fundamental que as escolas explorem opções para possibilitar a inclusão de alunos com deficiência em seu ambiente, proporcionando-lhes acesso a uma educação de qualidade, e garantindo que eles possam ser incluídos efetivamente dentro do processo de ensino e aprendizagem, colocando o educando em contato com uma educação que seja problematizadora e libertadora.

Além disso, é de suma importância que os professores sejam preparados durante a sua formação inicial para trabalharem com alunos com deficiência. Silva e Arruda (2014, p. 6) destacam possíveis motivos que geram a insegurança dos professores em trabalharem com alunos com NEE:

Talvez o que deixe o professor mais preocupado, seja a insegurança em relação à sua inexperiência, já que nos cursos superiores aprendeu apenas a lidar com a teoria e não teve acesso às práticas pedagógicas, diretamente com alunos especiais. No que consiste à educação, o dia a dia da escola e da sala de aula exigem que o professor seja capaz de organizar as situações de aprendizagem considerando a diversidade dos alunos. Essa nova competência implica a organização dos tempos e dos espaços de aprendizagem, dos agrupamentos dos alunos e dos tipos de atividades para eles planejadas.

O professor deve se preparar, buscando constante capacitação para lidar com as dificuldades do ensino voltado para alunos com NEE. Mittler (2000) destaca que muitos professores não sabem lidar com a diversidade presente na sala de aula, principalmente àquela inerente aos alunos com deficiência, pois afirmam não possuir especialização adequada. Na mesma linha de pensamento, Toledo e Martins (2009) destacam estar desqualificados para lidar com o ensino inclusivo.

Acredita-se que é necessário que a formação inicial de professores aborde de maneira mais aprofundada a inclusão de alunos com NEE, promovendo a preparação educacional e capacitação profissional dos professores para o desenvolvimento de ações, metodologias e atividades que visem a inclusão de alunos com deficiência, contribuindo para a promoção de uma escola inclusiva e de qualidade.

METODOLOGIA

O presente estudo é caracterizado como uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório. Segundo Gil (2002), a pesquisa exploratória proporciona maior familiaridade com o problema em estudo, tornando-o mais explícito, construindo hipóteses e abrindo espaço para novas investigações. Para atender ao objetivo delineado, primeiramente foi realizada uma pesquisa bibliográfica. Segundo Boccato (2006), a pesquisa bibliográfica busca resolver problemas por meio de obras publicadas, discutindo e analisando suas contribuições científicas.

Para a coleta de dados, foi realizada uma entrevista semi-estruturada com 22 bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), Subprojeto Geografia da Universidade (omitido para avaliação). O objetivo era identificar, por meio de seus depoimentos, os desafios enfrentados por esses bolsistas ao conceberem o trabalho com os alunos sob uma perspectiva inclusiva. A entrevista foi orientada por oito perguntas: 1) Como você acha que deve ser a formação do professor para trabalhar com alunos com deficiência?; 2) Qual o seu planejamento de ensino para trabalhar com alunos com deficiência?; 3) Quais recursos ou apoios adicionais você acredita que seriam úteis para melhorar a inclusão de alunos com deficiência em suas aulas?; 4) Quais as principais dificuldades que você enfrenta ao trabalhar com alunos com deficiência em atividades cotidianas da sala de aula?; 5) Na sua opinião qual o significado da palavra inclusão?; 6) De que forma a sua formação inicial tem te preparado para trabalhar com alunos com deficiência?; 7) Para você, quais os principais desafios da inclusão do aluno com deficiência na escola?; 8) Como a escola pode promover a inclusão?.

A entrevista foi realizada com cada sujeito individualmente. Destacamos que a identidade dos participantes do PIBID envolvidos na pesquisa foi preservada, com o intuito de prevenir eventuais desconfortos ou constrangimentos, assegurando, desse modo, a validade e confiabilidade das informações e atendendo aos princípios éticos da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A formação inicial mais abrangente que aborde com mais profundidade a inclusão de alunos com deficiência, com a mediação de estratégias de ensino adaptadas às necessidades específicas dos alunos e habilidades de comunicação e empatia é uma necessidade apontada pelos pibidianos entrevistados. Eles ressaltam que o aprofundamento na questão da inclusão, ainda na Universidade, é fundamental para que os professores estejam familiarizados com a legislação relacionada aos direitos

dos alunos com deficiência e com as melhores práticas de inclusão educacional. A pergunta que surge é: como avaliar se um professor está capacitado para lidar com alunos que possuem deficiência? O Ministério da Educação destaca que:

Dentre as exigências que se colocam para o papel docente destacam-se: orientar e mediar o ensino para a aprendizagem dos alunos; responsabilizar-se pelo sucesso da aprendizagem dos alunos; assumir e saber lidar com a diversidade existente entre os alunos; incentivar atividades de enriquecimento curricular; elaborar e executar projetos para desenvolver conteúdos curriculares; utilizar novas metodologias, estratégias e materiais de apoio; desenvolver hábitos de colaboração e trabalho em equipe (MEC, 2000 p.5).

Quando questionados sobre a abordagem para lidar com alunos com deficiência, as respostas dos pibidianos apresentaram notável semelhança. Os participantes do PIBID expressaram a intenção de elaborar atividades que visam atender a todos de forma equitativa, levando em consideração as necessidades individuais de cada aluno. Muitos demonstraram criatividade e dedicação ao sugerir propostas de atividades adaptadas para alunos com deficiência. Por exemplo, para alunos com deficiência visual, propuseram o uso de materiais em Braille, a ampliação do tamanho das fontes utilizadas para melhor visibilidade e a utilização de material cartográfico tátil.

Ressaltamos que ao elaborar atividades e material de apoio, o professor deve considerar as realidades e demandas específicas de cada aluno, pois conforme destacado pelo Ministério da Educação (2002), cada necessidade é única e por isso, cada caso deve ser avaliado com atenção e cautela.

Quando questionados sobre os recursos ou apoios adicionais que eles acreditam que seriam úteis para melhorar a inclusão de alunos com deficiência em suas aulas, a resposta mais recorrente entre os pibidianos foi "profissionais qualificados". É importante salientar que, a legislação garante o direito do aluno a um profissional de apoio:

A Lei nº 13.146/2015 define como profissional de apoio [...] a pessoa que exerce as atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares, nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas. (BRASIL, 2015).

Mas, é importante salientar que apesar dessa garantia, muitos alunos com deficiência não possuem profissional de apoio, o que prejudica a efetiva inclusão desses sujeitos.

Entre os principais desafios enfrentados para promover a inclusão em sala de aula, os pibidianos ressaltaram a carência de materiais didáticos adequados. Além disso, mencionaram a necessidade de orientação individualizada para cada aluno, uma vez que alguns requerem maior

atenção do que outros, impactando negativamente no desempenho da aula.

Outro ponto importante que os entrevistados destacaram é a dificuldade na comunicação professor/alunos, pois, a depender da necessidade educacional do aluno, a atenção dedicada a ele necessita ser maior em relação aos demais estudantes. Sobre a comunicação, Paula e Neto (2016, p.6) afirmam que:

A comunicação em si já é complexa – e nesse quesito, encontram-se também vários desafios – já que para que ela exista devem-se constar algumas particularidades como, por exemplo, a Linguagem – verbal e/ou não verbal –; a Mensagem; a Interação e a Transmissão. Com isso podem acontecer alguns impasses que dificultem que esse mecanismo aconteça de forma eficaz.

Segundo os bolsistas entrevistados, o conceito de inclusão é entendido como o ato de incorporar, não rejeitar. Para eles, a inclusão vai além de simplesmente colocar o aluno na sala de aula; significa integrá-lo de maneira abrangente no processo de ensino e aprendizagem, tanto dentro quanto fora da sala de aula. Esse processo leva em conta as limitações ou desafios individuais dos alunos, proporcionando um ambiente em que se sintam verdadeiramente incluídos no espaço em que estão inseridos. Para Freire (2008, p.1):

A inclusão é um movimento educacional, mas também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte, e de serem aceitos e respeitados naquilo que os diferencia dos outros. No contexto educacional, vem, também, defender o direito de todos os alunos desenvolverem e concretizarem as suas potencialidades, bem como de apropriarem as competências que lhes permitam exercer o seu direito de cidadania, através de uma educação de qualidade, que foi talhada tendo em conta as suas necessidades, interesses e características.

Ao serem questionados sobre sua preparação durante a formação inicial para lecionar para alunos com deficiência, os bolsistas afirmaram que não se consideram devidamente capacitados para enfrentar esse desafio. Segundo eles, isso se deve ao fato de que durante o período formativo, eles possuem apenas disciplinas de Libras e que abordam a elaboração de mapas táteis. Consideramos que esta lacuna torna-se uma limitação para a atuação docente, especialmente porque no contexto escolar, eles podem receber alunos com diferentes deficiências a qualquer momento. Os pibidianos ressaltaram ainda, a importância de incorporar disciplinas mais abrangentes sobre inclusão, que proporcionassem discussões aprofundadas sobre as diversas deficiências, o que segundo eles, seria fundamental para que se sentissem mais seguros e bem preparados para a atuação docente junto aos alunos com deficiência.

Quanto aos principais desafios da inclusão de alunos com deficiência na escola, os entrevistados destacaram a falta de respeito por parte de outros alunos em relação aos colegas com deficiência. Além disso, destacaram a carência de planejamento por parte do estado, a ausência de

profissionais qualificados para acompanhar esses alunos, a falta de conhecimento por parte dos professores que não contam com um profissional de apoio durante suas aulas, a insuficiência de infraestrutura, tanto física quanto tecnológica e a necessidade de apoio tanto da escola quanto da família desses alunos. Os problemas apresentados pelos bolsistas corroboram com a afirmação realizada por Ignácio (2015, p. 2):

As instituições de ensino tendem a trilhar um caminho que vai à contramão do processo de inclusão, pois está tendo uma influência da sociedade se posiciona como seletiva, pois este ambiente que deveria promover indistintamente uma educação para qualquer aluno com ou sem deficiência, este ainda permanece com uma postura resistente a possíveis mudanças que possibilite um avanço na educação inclusiva.

Quando questionados sobre como a escola poderia promover a inclusão, os bolsistas enfatizaram que, em certa medida, a instituição já realiza essa promoção ao proporcionar a convivência de alunos com e sem deficiência no espaço escolar, buscando respeitar os limites de cada aluno. Os entrevistados destacaram ainda a necessidade de planejar estruturalmente as escolas para acolher esses alunos, adotar políticas e práticas que assegurem acesso equitativo a todos, independentemente de suas diferenças. Isso engloba a disponibilidade de recursos de acessibilidade, a adaptação de metodologias de ensino para atender às necessidades individuais, a implementação de programas de formação para professores e equipe escolar, a criação de ambientes inclusivos e a busca por parcerias com a comunidade e famílias para apoiar o processo educacional dos alunos com deficiência.

A inclusão escolar não é uma tarefa fácil. Precisamos debater e discutir os valores e preconceitos que estão enraizados em nossa cultura para buscar alcançar a inclusão plena. Para que uma sociedade seja efetivamente democrática, onde todos tenham uma vida digna, é necessário tornar a inclusão escolar uma realidade, garantido o direito de todos (NETO et al., 2018).

Finalmente, é relevante ressaltar que o PIBID oferece a oportunidade dos futuros professores vivenciarem, na prática, as demandas e necessidade dos alunos com deficiência e refletirem sobre os desafios presentes no ambiente escolar, buscando soluções para a promoção de uma efetiva inclusão desses alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que a inclusão não é um processo simples, e para que ela ocorra, é necessário superar desafios como a adaptação da estrutura física da escola, a disponibilidade de recursos educacionais, a implementação de políticas públicas e a melhoria na formação continuada dos

professores. Apesar de a legislação garantir a inclusão de alunos com deficiência no ambiente escolar, observamos por meio dos dados coletados na entrevista com os pibidianos, que a infraestrutura destinada à inclusão e a manutenção desses alunos na escola ainda é insuficiente.

Os dados obtidos com os bolsistas do PIBID de Geografia revelam a importância das escolas adotarem políticas e práticas que assegurem um processo de ensino e aprendizagem inclusivo para todos os estudantes. Além disso, mostram a necessidade de que a formação inicial dos professores aborde de maneira mais aprofundada a temática da inclusão, capacitando os futuros educadores a desenvolverem metodologias e atividades que incluam efetivamente os alunos com deficiência.

Por fim, é relevante destacar que o PIBID permite aos bolsistas vivenciarem, na prática, as demandas dos alunos com deficiência. Tal fato possibilita uma reflexão crítica acerca do papel docente na escola, que se apresenta cheia de desafios, permitindo a busca por soluções que promovam a inclusão efetiva dos alunos com deficiência.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela bolsa concedida por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. **Inclusão social e municipalização**. In: MANZINI, E. J. (Org.). Educação Especial: temas atuais. Marília: Unesp Marília, 2000.

BACICH, L.; MORAN, J. (Orgs.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2017. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7722229/mod_resource/content/1/Metodologias-Ativas-para-uma-Educacao-Inovadora-Bacich-e-Moran.pdf. Acesso em: 04 jan. 2024.

BOCCATO, V.R.C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p.265-274, dez 2006.

BRASIL, LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília - DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm#:~:text=L9394&text=Estabelece%20as%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.&text=Art.%201%C2%BA%20A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20abrange,civil%20e%20nas%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20culturais. Acesso em: 02 jan 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília - DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 23 dez. 2023.

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Pibid - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência.** Capes, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/pibid/pibid>. Acesso em: 24 dez. 2023.

COSTA, M. C. S. **Sentimentos de professores frente às dificuldades na prática da educação inclusiva de alunos com deficiência no ensino fundamental.** 2007. Dissertação de Mestrado.

CROZARA, T. F. SAMPAIO, A.A.M. **Construção de material didático tátil e o ensino de Geografia na perspectiva da inclusão.** VIII Encontro Interno/XII Seminário de Iniciação Científica. Universidade Federal de Uberlândia. 2008. Disponível em: <https://ssl4799.websiteseuro.com/swge5/seg/cd2008/PDF/IC2008-0305.PDF> . Acesso em: 05 jan. 2024.

DINIZ, F. E; SOUZA, B. V; FERNANDES, S. B. S. **Educação inclusiva: desafios e possibilidades.** Anais V CONEDU, Campina Grande, Realize Editora, 2018. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/47145>. Acesso em: 05 jan 2024.

FARFUS, D. **Organização pedagógica dos espaços educativos.** Disciplina: Organização Pedagógica Espaços Educativos do curso de Pedagogia EaD da FACINTER. Curitiba, 2008.

FREIRE, S. Um olhar sobre a inclusão. **Revista da Educação**, Vol. XVI, nº 1, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5299/1/Um%20olhar%20sobre%20a%20Inclus%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2023.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

GRITTI, A.; OLIVEIRA, C. Ap. M.; GALLI, M. F. Metodologias ativas e inclusão. **Revista Educação em Foco.** Edição nº 14, 2022. Disponível em: <https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2022/08/METODOLOGIAS-ATIVAS-E-INCLUS%C3%83O-135-%C3%A0-149.pdf>. Acesso em: 02 jan.2024.

IGNÁCIO, T. **Os desafios da inclusão no ambiente escolar.** UNB, Brasília-DF, 2015, P. 32. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/15533/1/2015_TiagoIgnacio_tcc.pdf. Acesso em: 24 dez. 2023.

MALAFATTI, E. FELÍCIO, D. **Cartografia Tátil: Mobilidade e passaporte para inclusão.** 2a jornada científica da Geografia Paradigma da geografia e contradições do século XXI. Universidade Federal de Alfenas. 2010. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/geografia/sites/default/files/file/cartog%20tatil%20mob%20e%20passp%20para%20incl.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2024.

MEC, Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas.** Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2024.

MEC, Ministério da educação. **Portal de ajudas técnicas para educação Equipamento e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física.** Secretaria de Educação Especial, Brasília, DF, 2002. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/rec_adaptados.pdf. Acesso em: 20 dez. 2023.

MEC, Ministério da Educação. **Proposta de diretrizes para a formação inicial de professores da educação básica, em cursos de nível superior.** MEC, Brasília - DF, Maio de 2000. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/basica.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2023.

MELO, J. S.; COUTINHO, D. J. G. Educação Infantil: Métodos e estratégias para inclusão. **Revista Espacios.** v. 41, n. 18. Pág. 10, 2020. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a20v41n18/a20v41n18p04.pdf>.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: Contextos sociais.** Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Salamanca.** Salamanca, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 05 jan. 2024.

NETO, A. O. S.; ÁVILA, É. G.; SALES, T. R. R.; AMORIM, S. S.; NUNES, A. K. F.; SANTOS, V. M.. Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**, [S.L.], v. 31, n. 60, p. 81-92, 11 mar. 2018. Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/24091/pdf>. Acesso em: 23 dez. 2023.

OLIVEIRA, A. A. S.; LEITE, L. P. **Escola inclusiva e as necessidades educativas especiais.** In: MANZINI, E. J. (Org.). Educação Especial: temas atuais. Marília: UNESP Marília, 2000, p. 11-9.

PAULA, I. L. R.; NETO, O. F. P. **A comunicação na transmissão do conhecimento: interação professor e aluno no processo de aprendizagem no ensino superior.** Faculdade Católica de Anápolis - GO, 2016. Disponível em: <https://www.catolicadeanapolis.edu.br/biblioteca/wp-content/uploads/2018/03/A-COMUNICA%C3%87%C3%83O-NA-TRANSMISS%C3%83O-DO-CONHECIMENTO-INTERA%C3%87%C3%83O-PROFESSOR-E-ALUNO-NO-PROCESSO-DE-APRENDIZAGEM-NO-ENSINO-SUPERIOR.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2023.

SILVA, A. P. M.; ARRUDA, A. L. M. M. O papel do professor diante da inclusão escolar. **Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 5 – nº 1 – 2014.** Disponível em: https://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Ana_Paula.pdf. Acesso em: 04 jan 2024.

SILVA, P. A. **O estudo da organização e representação espacial de alunos cegos para o ensino de conceitos cartográficos.** Dissertação (mestrado) - Curso de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de São João Del-Rei, 2017. Disponível em: <https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/ppgeog/Patricia.pdf>. Acesso em: 04 jan 2024.

TOLEDO, E.H.; MARTINS, J.B. A atuação do professor diante do processo de inclusão e as contribuições de Vygotsky. IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE e III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia . **Anais do IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE e III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia**. Curitiba: PUC PR, p. 4126-4138. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/314179959_A_atuacao_do_professor_diante_do_processo_de_inclusao_e_as_contribuicoes_de_Vygotsky Acesso em: 19 mar. 2024.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2024.

VASCONCELOS, V. L.; POMPEU, G. V. M.; SEGUNDO, F. D. A. Direito à educação como igualdade inicial para o refugiado: Estudo de políticas inclusivas nos países de acolhida. **RJLB**, ano 8, nº4, 2022. Disponível em: https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2022/4/2022_04_1749_1777.pdf. Acesso em: 04 jan. 2024.